



ATA NÚMERO TRÊS

Aos sete dias do mês de janeiro de 2020, nas instalações do Núcleo de Apoio Técnico do Norte, da Delegação Regional de Reinserção do Norte, sitas na Rua Joaquim Kopke, n.º 64, no Porto, reuniu o júri do procedimento concursal Ref.ª «Distrito de Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real» (referência 234/AT/2019), para constituição de reserva de recrutamento na carreira e categoria de assistente técnico, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado do mapa de pessoal da Direção-Geral de Reinserção e Serviço Prisionais — Estabelecimentos Prisionais, Centros Educativos, Equipas de Reinserção Social e Equipas de Vigilância Eletrónica do Continente e das Regiões Autónomas, cujo Aviso (extrato) n.º 14683/2019, foi publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 181, de 20 de setembro, e publicitado na BEP com o número OE201909/0437, estando presentes os seguintes elementos:

Presidente:

José Manuel Martins Gomes, Diretor do Núcleo de Apoio Técnico do Norte, da Delegação Regional de Reinserção do Norte;

Vogais:

Jorge Manuel Neto Simões, Diretor do Centro Educativo de Santa Clara;

Susana Alexandra de Leite Moreira, Adjunta da Direção do Estabelecimento Prisional do Porto.

A presente reunião teve como objetivo:

- 1) Apreciar as alegações oferecidas pelos candidatos, em sede de audiência de interessados, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 23.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril;
- 2) Determinar qual o método de seleção obrigatório a aplicar a cada candidato;
- 3) Confirmar a data, hora e local da realização da prova de conhecimentos.

- 1) **Apreciar as alegações oferecidas pelos candidatos, em sede de audiência de interessados, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 23.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril.**

Através de email, datado de 19 de dezembro de 2020, foram os candidatos notificados em sede de audiência prévia para dizer por escrito o que se lhe oferecer sobre a intenção do júri em proceder à sua exclusão do procedimento concursal.

Decorrido o prazo de audiência prévia, sem que tenha sido, rececionada qualquer alegação, deliberou o Júri excluir, definitivamente, os candidatos de acordo com os fundamentos já expostos, bem como notificá-los, por email, nos termos do disposto na alínea a) do artigo 10.º, para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 31.º, todos da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril:



Para o Distrito de Braga

Excluir os seguintes candidatos pelos motivos a seguir indicados:

i. Por não ter junto a declaração emitida e autenticada pelo serviço de origem, com data posterior à publicitação do presente procedimento concursal, conforme exigido na alínea d) do ponto 12.2 do aviso de abertura, publicado na íntegra na BEP:

- Isabel Cristina Ribeiro Sanches
- Marta Alexandra Ferreira Araújo

ii. Por não ser detentor de vínculo de emprego público previamente constituído, nos termos do n.º 3 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho:

- Alberto João Pinto Sampaio
- Joana do Carmo Mirante Frazão
- José Carlos Oliveira Veiga
- Manuel Antonio Torres Lagarelhos
- Rui Pedro Batalha Gomes
- Susana Raquel Alves Moreira

Para o Distrito de Bragança

Excluir os seguintes candidatos pelos motivos a seguir indicados:

i. Por não ter apresentado a declaração que comprove de forma inequívoca que se enquadra na situação prevista no artigo 24.º do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato e Voluntariado, aprovado pela Lei n.º 76/2018, de 11 de outubro, tal como era exigido na alínea f) do ponto 12.2 do aviso de abertura, publicado na íntegra na BEP:

- Carlos Manuel Fernandes Mendes

ii. Por não ter junto a declaração emitida e autenticada pelo serviço de origem, com data posterior à publicitação do presente procedimento concursal, conforme exigido na alínea d) do ponto 12.2 do aviso de abertura, publicado na íntegra na BEP:

- Isabel Cristina Ribeiro Sanches

iii. Por não ser detentor de vínculo de emprego público previamente constituído, nos termos do n.º 3 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho:

- Carina José Oliveira Romano
- Joana do Carmo Mirante Frazão
- Rui Pedro Batalha Gomes



Para o Distrito do Porto

Excluir os seguintes candidatos pelos motivos a seguir indicados:

i. Por não ter apresentado a declaração que comprove de forma inequívoca que se enquadra na situação prevista no artigo 24.º do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato e Voluntariado, aprovado pela Lei n.º 76/2018, de 11 de outubro, tal como era exigido na alínea f) do ponto 12.2 do aviso de abertura, publicado na íntegra na BEP:

- Diana Sofia Costa Martins

ii. Por não ter junto a declaração emitida e autenticada pelo serviço de origem, com data posterior à publicitação do presente procedimento concursal, conforme exigido na alínea d) do ponto 12.2 do aviso de abertura, publicado na íntegra na BEP:

- Isabel Cristina Ribeiro Sanches
- Marta Alexandra Ferreira Araújo

iii. Por não ser detentor de vínculo de emprego público previamente constituído, nos termos do n.º 3 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho:

- Alberto João Pinto Sampaio
- Ana Catarina da Cruz Vilaça
- Ana Catarina Jorge Silva
- Bruno Alexandre Barbosa Pinto
- Carina José Oliveira Romano
- Elisabete Sónia Correia Oliveira
- Joana do Carmo Mirante Frazão
- Jorge Filipe Teixeira Alvarenga
- José Carlos Oliveira Veiga
- Nuno Miguel Alves Pentieiro
- Rui Pedro Batalha Gomes
- Susana Raquel Alves Moreira

Para o Distrito de Viana do Castelo

Excluir os seguintes candidatos pelos motivos a seguir indicados:

i. Por não ter junto a declaração emitida e autenticada pelo serviço de origem, com data posterior à publicitação do presente procedimento concursal, conforme exigido na alínea d) do ponto 12.2 do aviso de abertura, publicado na íntegra na BEP:

- Marta Alexandra Ferreira Araújo



ii. Por não ser detentor de vínculo de emprego público previamente constituído, nos termos do n.º 3 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho:

- Alberto João Pinto Sampaio
- Ana Catarina Amorim Rodrigues
- Carina José Oliveira Romano
- Joana do Carmo Mirante Frazão
- José Carlos Oliveira Veiga
- Maria Bernardete Gomes Gonçalves
- Rui Pedro Batalha Gomes
- Tânia Veloso Barbosa

Para o Distrito de Vila Real

Excluir os seguintes candidatos pelos motivos a seguir indicados:

i. Por não ter apresentado a declaração que comprove de forma inequívoca que se enquadra na situação prevista no artigo 24.º do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato e Voluntariado, aprovado pela Lei n.º 76/2018, de 11 de outubro, tal como era exigido na alínea f) do ponto 12.2 do aviso de abertura, publicado na íntegra na BEP:

- Carlos Manuel Fernandes Mendes

ii. Por não ter junto a declaração emitida e autenticada pelo serviço de origem, com data posterior à publicitação do presente procedimento concursal, conforme exigido na alínea d) do ponto 12.2 do aviso de abertura, publicado na íntegra na BEP:

- Isabel Cristina Ribeiro Sanches

iii. Por não ser detentor de vínculo de emprego público previamente constituído, nos termos do n.º 3 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada pela Lei n.º 35/2014 de 20 de junho:

- Carina José Oliveira Romano
- Joana do Carmo Mirante Frazão
- Jorge Filipe Teixeira Alvarenga
- Rui Pedro Batalha Gomes
- Susana Raquel Alves Moreira

A candidata Albertina Pereira Salas, através de email datado de 20 de dezembro, veio informar o Júri que se candidatou aos Distritos de Aveiro e Porto, e não de Braga e Porto, como por lapso ficou a constar da Ata n.º 2, de 13.12.2019.



Assim, efetuada a devida retificação, fica sanado o lapso inicial do Júri, passando a constar que a candidata concorre aos Distritos de Aveiro e Porto.

2) Determinação do método de seleção obrigatório a aplicar a cada candidato

Analizadas as candidaturas, as respetivas declarações das funções exercidas à data de abertura do presente procedimento concursal, e considerando que os candidatos concorreram às várias unidades orgânicas existentes nos diferentes distritos, ou seja, concorreram ao distrito *per si*, logo as caracterizações dos postos de trabalho nas diversas unidades orgânicas por distrito, e a concurso, são diferentes, pelo que deliberou o Júri determinar que o método de seleção obrigatório a aplicar a todos os candidatos será a prova de conhecimentos.

3) Confirmação da data, hora e local da realização método de seleção – Prova de conhecimentos

Deliberou o Júri, por unanimidade, confirmar a deliberação constante da Ata n.º 2, de 13.12.2019, isto é, a prova de conhecimentos encontra-se agendada para o próximo dia 17 de janeiro de 2020, pelas 10:30 horas, que terá lugar nas instalações da Escola Profissional Infante D. Henrique, sitas na Rua do Melo, n.º 5, no Porto.

Verificou o júri que alguns dos candidatos são comuns a outras referências do presente concurso, assim, e considerando que a prova de conhecimentos é comum a todas as referências (distritos) deliberou o júri que os referidos candidatos realizam apenas uma prova de conhecimentos, aproveitando-se o resultado da referida prova para as outras referências.

Nada mais havendo a tratar, foi elaborada a presente ata que vai ser assinada pelos membros do júri, após ter sido lida e achada conforme.


Presidente


José Manuel Martins Gomes

Vogal


Jorge Manuel Neto Simões

Vogal


Susana Alexandra de Leite
Moreira

